

TEMPORADA DE PRAIAS

Governo afirma que municípios recusaram R\$ 2 mi para praias; prefeituras desmentem

APÓS A REPERCUSSÃO DA REPORTAGEM PUBLICADA PELO JORNAL PRIMEIRA PÁGINA, SOBRE A INDEFINIÇÃO DOS REPASSES ESTADUAIS PARA A TEMPORADA DE PRAIAS DE 2026

Após a repercussão da reportagem publicada pelo Jornal Primeira Página, nesta segunda-feira, 22, sobre a indefinição dos repasses estaduais para a temporada de praias de 2026, o Governo do Tocantins enviou uma segunda nota à imprensa na mesma noite. O posicionamento foi encaminhado pela Secretaria de Comunicação (Secom), em nome da Secretaria de Estado do Turismo (Setur), horas depois da divulgação da matéria que mostrou a preocupação de municípios que ainda aguardam uma definição sobre apoio financeiro do Estado.

Na primeira resposta enviada ao Jornal Primeira Página, a Setur informou apenas que os recursos estavam sendo repassados gradativamente por meio de convênios e ressaltou que a realização das temporadas de praia é de responsabilidade dos municípios. Na ocasião, a secretaria não respondeu objetivamente quais cidades receberiam recursos, quais seriam os valores dos repasses e quando os municípios teriam uma definição.

Agora, em uma nova manifestação, o governo apresenta informações que não constavam na nota anterior e afirma que três municípios recusaram propostas de apoio que somam R\$ 2 milhões.

Segundo a Setur, Araguaia teria recusado R\$ 600 mil, Formoso do Araguaia R\$ 800 mil e Aliança do Tocantins outros R\$ 600 mil. A secretaria também afirma que não existe solicitação formal de apoio apresentada pela Prefeitura de Novo Acordo e que o pedido encaminhado por Sampaio ainda está em análise.

Além disso, o governo in-

formou que municípios como Babaçulândia, Peixe, Xambioá e Filadélfia possuem processos em andamento para receber incentivos destinados à estruturação das temporadas.

FORMOSO

Após receber a segunda nota do governo, a reportagem entrou em contato com as prefeituras citadas pela Setur. A primeira resposta foi encaminhada pelo secretário municipal de Turismo, Esporte e Juventude de Formoso do Araguaia, Rodrigo Lopes da Silva.

Segundo ele, o município não recusou recursos disponíveis para a realização da praia. O secretário afirma que a oferta apresentada correspondia apenas à contratação de shows, sem contemplar os custos da estrutura necessária para a realização da temporada.

De acordo com Rodrigo Lopes da Silva, o valor disponibilizado foi de aproximadamente R\$ 750 mil para atrações artísticas, obtidos por meio de articulação da deputada estadual Claudia Lelis. No entanto, a prefeitura avaliou que não teria condições de custear toda a infraestrutura do evento.

Segundo o secretário, a situação deste ano é diferente da registrada em 2025. Conforme ele, no ano passado o município recebeu pouco mais de R\$ 300 mil destinados à estrutura da temporada de praia, recurso utilizado para ajudar na montagem e operação do evento.

Já em 2026, Rodrigo Lopes da Silva afirma que o apoio ofertado estava restrito à contratação de atrações artísticas, o recurso só pode ser utilizado para isso. Segundo ele, os



Governador Wanderlei Barbosa.

cerca de R\$ 750 mil disponibilizados não poderiam ser utilizados para despesas de infraestrutura, como montagem de barracões, banheiros, segurança, serviços de saúde, apoio dos órgãos públicos e demais estruturas necessárias para a realização da temporada.

Conforme o secretário, apenas o barracão destinado aos comerciantes custaria cerca de R\$ 330 mil. A esse valor ainda seriam somadas despesas com banheiros, segurança, saúde, apoio da Polícia Militar, Detran e demais estruturas exigidas para a realização da temporada.

Segundo o gestor, a decisão de cancelar a programação foi tomada após análises técnicas, consultas jurídicas e avaliações sobre responsabilidade fiscal. Não há como ter praia e contratar artistas sem a devida estrutura.

A prefeitura também contesta a interpretação de que teria recusado recursos já destinados. Conforme Rodrigo Lopes da Silva, a divulgação da informação pode levar à compreensão de que o município recebeu os valores e decidiu devolvê-los, o que não teria ocorrido. Segundo ele, houve

uma oferta de apoio para shows, mas não havia recursos suficientes para garantir toda a estrutura necessária para a realização da temporada.

COMO FUNCIONA

Segundo fontes ouvidas pela reportagem, parte do apoio oferecido pelo Governo do Estado para a temporada de praias não ocorre por meio de repasse direto de recursos aos municípios. Em muitos casos, a própria Secretaria de Estado do Turismo realiza a contratação das atrações artísticas, com os contratos sendo firmados diretamente pelo governo.

Em outras situações, as prefeituras recebem apoio e possuem autonomia para realizar as contratações. A diferença ajuda a entender o posicionamento de Formoso do Araguaia, que afirma que a oferta recebida estava relacionada aos shows, enquanto os custos de estrutura da praia continuariam sob responsabilidade do município.

ALIANÇA DO TOCANTINS

A Prefeitura de Aliança do Tocantins também encaminhou nota de esclarecimento à

reportagem. O município afirma que em nenhum momento atribuiu ao Governo do Estado a responsabilidade pela decisão de cancelar a Temporada de Praia do Croá e reconheceu o apoio estadual para contratação de shows, intermediado pela deputada estadual Claudia Lelis.

Segundo a prefeitura, o custeio das atrações artísticas representa pouco mais de 25% dos investimentos necessários para a realização do evento. A gestão municipal argumenta que os custos da temporada envolvem ainda estrutura física, palco, som, iluminação, banheiros, limpeza, segurança, saúde, trânsito, logística, licenças e demais serviços operacionais.

Na nota, o município afirma que a decisão de cancelar a temporada foi tomada por responsabilidade administrativa e avaliação dos custos globais do evento, e não por falta de apoio estadual ou conflitos institucionais.

A prefeitura também destacou que mantém relação de respeito com o Governo do Estado e reconhece a importância das parcerias estaduais, mas entende que a realização

da temporada exige condições financeiras e operacionais suficientes para garantir um evento compatível com a tradição da Praia do Croá.

NOVO ACORDO

Outro ponto contestado por uma das prefeituras envolve a situação de Novo Acordo. Na segunda nota enviada à imprensa, a Setur afirma que não existe solicitação formal de apoio apresentada pelo município.

Entretanto, em resposta ao Jornal Primeira Página, a Prefeitura de Novo Acordo informou que encaminhou ao Estado ao menos dois documentos solicitando apoio para a Temporada de Praia 2026.

Segundo o município, o Ofício GAB nº 150/2026 foi enviado em 3 de junho à secretaria estadual competente solicitando apoio financeiro para a realização do evento. Posteriormente, o Ofício GAB nº 159/2026 também foi encaminhado ao governador do Estado solicitando apoio financeiro e institucional.

A prefeitura afirma que a documentação comprova a adoção das providências necessárias para buscar a parceria estadual e que a informação sobre inexistência de solicitação formal não corresponde aos registros existentes no município.

A gestão municipal destacou ainda que a temporada possui relevância cultural, turística e econômica para a cidade e que o apoio estadual historicamente sempre fez parte da realização do evento. Apesar disso, informou que a realização da programação não depende exclusivamente desses recursos e que segue trabalhando na organização da temporada dentro das possibilidades financeiras e administrativas do município.

A reportagem segue aguardando posicionamento das prefeituras de Araguaia, Sampaio, Babaçulândia, Peixe, Xambioá e Filadélfia.

PALMAS

TCE intima Eduardo Siqueira Campos sobre transição das UPAs

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO) intimou o prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos (Podemos), e a secretária municipal interina da Saúde, Ana Paula Abadia, para que informem, em até cinco dias úteis, se têm interesse em firmar um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG). O acordo foi proposto pela Corte para organizar a transição da gestão das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Norte e Sul da capital para a administração direta do município.

A proposta faz parte da decisão que determinou a suspensão do contrato firmado entre a Prefeitura de Palmas e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itatiba, responsável pela administração das unidades desde março deste ano.

Apesar da suspensão, o tribunal estabeleceu um prazo de 60 dias para que a prefeitura reassuma gradualmente os serviços, evitando prejuízos aos atendimentos de urgência e emergência.

Nesta terça-feira (23), o prefeito Eduardo Siqueira Campos afirmou que a gestão municipal irá cumprir a determinação e não pretende recorrer da medida cautelar. Segundo ele, a decisão deve ser respeitada e os serviços continuarão funcionando normalmente durante o período de transição.

A manifestação ocorreu após a divulgação da decisão assinada pelo conselheiro José Wagner Praxedes, que converteu o procedimento em Representação e apontou indícios de irregularidades na contratação da entidade. Entre os ques-



Prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos.

namentos levantados pelo tribunal estão a falta de demonstração da vantajosidade econômica do contrato, dúvidas sobre a composição dos custos apresentados e fragilidades na análise da capacidade operacional da Santa Casa de Itatiba.

O TCE também apontou problemas na fase preparatória da contratação. Segun-

do a área técnica da Corte, não foram apresentados estudos detalhados de mercado, pesquisas de preços suficientes ou memórias de cálculo individualizadas que justificassem os valores pactuados. O contrato prevê repasses de aproximadamente R\$ 11,5 milhões por mês, totalizando R\$ 139,1 milhões por ano.

PUBLICIDADE LEGAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2026

O MUNICÍPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2026, com recebimento e abertura das propostas e documentos de habilitação, previstas para o dia 07 de julho de 2026, às 09h00min, tipo menor preço global, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, MÁQUINAS LEVES E PESADAS QUE COMPOEM A FROTA DA PREFEITURA E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS. Edital e Anexos poderão ser retirados na Prefeitura Municipal de Monte Santo do Tocantins, pelo e-mail: cplmontesanto@gmail.com, pelo site: <https://montesanto.to.gov.br/>. Maiores informações pelo telefone: (63) 3551-1013. Monte Santo do Tocantins/TO, 23 de junho de 2026.

NEZITA MARTINS NETA
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2026

A Prefeitura Municipal de Sampaio - TO, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliário e equipamentos, visando o fortalecimento da estrutura administrativa e operacional do Município de Sampaio - TO, conforme Emenda nº 010412.00523/2026.

A sessão será realizada na Sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, localizada à Rua Manoel Matos, nº 210, Centro, Sampaio - TO, sendo conduzida pelo Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, auxiliado pela Equipe de Apoio com data de abertura agendada para 06 de julho de 2026 às 09:00h. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 às 12:00 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.sampaio.to.gov.br. Sampaio - TO, 23 de junho de 2026. Agnom Gomes da Silva - Prefeito Municipal.

Qual é o problema?

O Jornal Primeira Página retoma este quadro que fez história por muitos anos em sua linha editorial. Este quadro foi criado para que a população se manifeste enviando a redação os problemas enfrentados na cidade.

Participe!

jornalprimeirapagina.com

Envie nos sua mensagem
63 99229-1859